Estados da oposição foram os mais dependentes da União em 2025

Governo pagou R$ 11 bilhões em dívidas estaduais para evitar inadimplência em 2025; Governados pela oposição, estados em crise têm socorro

Os estados governados por partidos de oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lideraram, em 2025, a lista dos entes federativos mais **dependentes da União para honrar dívidas** com bancos e organismos internacionais.

No ano passado, o governo federal desembolsou cerca de R$ 11 bilhões para pagar parcelas de empréstimos estaduais garantidos pela União, evitando o calote dessas administrações.

Os maiores valores foram destinados aos seguintes estados: **Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás** – todos comandados por governadores alinhados à oposição ao governo Lula e inseridos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Os dados constam no Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado pela Secretaria doTesouro Nacional.

Na prática, quando um estado não consegue pagar um financiamento que tem garantia federal, a União assume o compromisso para preservar a credibilidade do país junto ao sistema financeiro e aos organismos multilaterais.

Saiba o que é o Regime de Recuperação Fiscal

- O Regime de Recuperação Fiscal é um programa criado para estados em grave crise financeira, permitindo a adoção de medidas de ajuste para reequilibrar as contas públicas ao longo de vários anos;
- Ao aderir ao RRF, o estado recebe benefícios imediatos, como a suspensão temporária do pagamento de dívidas com a União e o socorro federal em operações de crédito garantidas, evitando calotes;
- Em contrapartida, o governo estadual precisa cumprir um plano de ajuste fiscal, que inclui limites para gastos com pessoal, restrições a reajustes salariais, privatizações, revisão de benefícios fiscais e reformas administrativas;
- As dívidas não pagas durante o regime não são perdoadas, mas refinanciadas pela União em prazos longos, que podem chegar a até 360 meses, empurrando o impacto financeiro para o futuro;
- Durante a vigência do RRF, a União não executa as contragarantias dos estados, o que explica o baixo volume de recuperação imediata dos valores pagos pelo governo federal.

Em 2025, o estado do Rio de Janeiro, governado por Cláudio Castro (PL), foi o maior beneficiário desse mecanismo, com **R$ 4,69 bilhões** pagos pela União, o equivalente a **42,35%** de todo o valor honrado no ano.

Em seguida, aparece Minas Gerais, sob comando de Romeu Zema (Novo), com **R$ 3,55 bilhões**, o que representa **32,05%** do total.

O Rio Grande do Sul, governado por Eduardo Leite (PSD), teve **R$ 1,59 bilhão** quitado pelo governo federal, enquanto Goiás, administrado por Ronaldo Caiado (União Brasil), contou com **R$ 888,06** milhões.

Recuperação

Desde 2016, o governo federal já desembolsou **R$ 86,52 bilhões** para cobrir dívidas garantidas de estados e municípios, mas recuperou apenas R$ 5,9 bilhões desse total. Somente em dezembro de 2025, a recuperação foi de R$ 25,02 milhões.

Garantias honradas pela União ao longo dos anos

(R$)

em milhões

Mutuário	2016–2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estados	32.814,24	8.963,28	9.750,86	12.210,60	11.312,43	10.951,09	86.002,50
Rio de Janeiro	22.538,07	4.180,46	3.975,34	4.611,02	5.152,49	4.692,83	45.150,21
Minas Gerais	7.036,99	3.130,04	1.979,04	3.564,48	3.732,68	3.552,09	22.995,33
Goiás	1.356,92	1.301,48	1.288,31	919,35	903,10	888,06	6.657,21
Rio Grande do Sul	0,00	0,00	886,57	1.393,37	1.524,07	1.591,91	5.395,92
Maranhão	280,16	0,00	547,90	681,40	0,00	0,00	1.509,47
Pernambuco	354,85	0,00	443,86	645,03	0,00	0,00	1.443,73
Piauí	189,20	0,00	352,16	244,22	0,00	0,00	785,58
Rio Grande do Norte	287,69	156,98	35,11	0,00	0,00	226,19	705,97
Amapá	172,44	194,32	0,00	0,00	0,00	0,00	366,76
Alagoas	242,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,57
Bahia	239,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,80
Roraima	135,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,58

Mutuário	2016–2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Mato Grosso	107,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,13
Tocantins	88,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,86
Espírito Santo	0,00	0,00	0,00	61,72	0,00	0,00	61,72
Mato Grosso do Sul	25,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,60
Paraíba	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65
São Paulo	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,10

A maior parte das garantias honradas, cerca de **R$ 76,97 bilhões**, está concentrada justamente nos estados que participam do RRF, que têm direito à suspensão temporária da execução das contragarantias. Além disso, há outros fatores que reduzem a capacidade de recuperação dos recursos.

Um montante de **R$ 1,90 bilhão** refere-se a estados que tiveram valores utilizados como compensação por perdas na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Também existem R$ 368,19 milhões que não podem ser recuperados pela União por causa de decisões judiciais, envolvendo municípios como Taubaté (SP), Caucaia (CE) e São Gonçalo do Amarante (RN).

O relatório mostra ainda que, **apenas em dezembro de 2025**, a União precisou pagar **R$ 1,48 bilhão** em dívidas garantidas de entes subnacionais.

Desse total, R$ 643,96 milhões foram destinados ao Rio de Janeiro e R$ 626,19 milhões a Minas Gerais. Goiás recebeu R$ 72,36 milhões, e o Rio Grande do Sul, R$ 70,81 milhões. Também houve pagamentos a estados, como Rio Grande do Norte, e a municípios de diferentes regiões do país.

Contas em dia

Embora o mecanismo de garantias seja um instrumento tradicional da política fiscal brasileira, os números de 2025 reforçam a contradição política vivida por governadores da oposição, que criticam a política econômica do governo federal enquanto dependem fortemente da União para manter as contas em dia.

Na prática, o Tesouro segue funcionando como uma espécie de fiador de última instância, garantindo que estados em crise fiscal não entrem em inadimplência e provoquem efeitos negativos sobre o crédito público do país.

Gabriela Pereira